

**ATA Nº 18, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO.**

Aos (17) dezessete dias do mês de agosto do ano de 2023, através do aplicativo Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes **Conselheiros (natos)**: Letícia Belo/SEINFRA, Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE, Francisco Tadeu Brasileiro Campos/Sec. de Saúde. **Conselheiros (eleitos)**: José Dálisson Cavalcante do Nascimento/Eco Museu da Cachoeira, Shirley Oliveira Ferreira/AVATAH, Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM, Arthur Abreu/Facundo Engenharia. Tivemos ainda a participação dos **técnicos do Núcleo de Meio Ambiente da SEMURB**: Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente desse Núcleo, Antônio Marcos Falcão Júnior/Técnico da SEMURB e Anielda Favila Prata/Técnica em Secretaria e os representantes da **Ambiental Ceará**: Elisa Ribeiro/Diretora Executiva, José Henrique Xavier Dahlem/Gerente, Águeda Muniz/Dir. Relações Institucionais, João Paulo Oliveira/Engenheiro Fiscal de obras, Marco Aurélio Tradi Assoni/Ger. Operações, Marcela Napoleão/Ger. Responsabilidade Social. Registramos a ausência das seguintes **Instituições com Justificativa**: SEMA, CEEU, IFCE, SEMURB. **Instituições sem Justificativa**: Ass. Serra do Lagêdo, Câmara Municipal de Maranguape. Encerrada essa conferência da frequência, os trabalhos foram iniciados com a abertura da reunião pelo Gerente Ítalo, apresentando a pauta: **Apresentação do Plano de Trabalho da PPP (Parceria Público Privado) do Saneamento Básico em Maranguape**, pela Empresa Ambiental Ceará. A Diretora Elisa, deu início a apresentação, falando sobre a empresa Ambiental CE, que faz parte do Grupo Egea, "hoje a maior empresa de saneamento do país", operando em quatrocentos e oitenta e nove cidades, em três estados do Brasil. Aqui no Ceará, a PPP, foi através de um leilão feito pela CAGECE, para a operação do esgoto, visando a universalização do esgoto do estado do Ceará, em vinte e quatro municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e da Região Metropolitana do Cariri (garantindo as metas determinadas pelo Novo Marco Legal do Saneamento/Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020). Será realizado todo o serviço de esgotamento sanitário nos municípios atendidos e além desses investimentos, será realizada toda a gestão da obra pelos próximos trinta anos, nos serviços e na manutenção dessa estrutura. Em relação as responsabilidades na PPP, a **CAGECE** continua com a captação, tratamento e distribuição de água; serviços comerciais (leitura, corte, religação, manutenção, consertos, cadastro tarifa social; atendimento ao cliente) e todo o relacionamento com os municípios. A responsabilidade da Ambiental CE será de coleta, afastamento, tratamento, destinação final e adequada do esgoto; e alguns serviços comerciais voltados para a redução de perdas (substituição de hidrômetros, padronização de ligações, fiscalização, atualização cadastral e combate às fraudes). Em relação as dúvidas, uma delas é saber se será cobrado duas contas (água e esgoto), será uma conta única, que continua com a fatura emitida pela CAGECE e a disponibilização do serviço de esgoto, sendo que essa conta passa a conter o serviço de esgoto que vale oitenta por cento (80%) do volume medido de água. Exemplo: Se consumir (10 m³) dez metros cúbico de água, irá pagar (8 m³) oito metros cúbicos de esgoto, dentro da tabela tarifária da CAGECE e dentro das categorias existentes, reguladas pela ARCE (Agência Nacional das Águas). Os investimentos nesta parceria, na geração de emprego e renda, durante os trinta anos, têm a previsão de gerar desenvolvimento local em torno de mais de dez mil empregos (diretos e indiretos), avanço na saúde, qualidade de vida, diminuição de doenças, valorização do turismo e preservação ambiental (reversão da contaminação dos mananciais) e valorização imobiliária. A apresentação deu seguimento com a Diretora Águeda Muniz, falando da importância do Comdema na defesa do meio ambiente e aprovação de políticas públicas e falando sobre as Bandeiras levantadas pela Ambiental CE, relacionadas principalmente aqui no Ceará, a bandeira da preservação hídrica (preservação, manutenção e recuperação) bandeira da requalificação e revitalização desses corpos hídricos através do saneamento. A apresentação retornou para a Diretora Elisa, que falou sobre o investimento destes trinta anos, no valor de cento e sessenta e sete milhões de reais, com a finalidade de que nos dez anos, a ampliação da cobertura de hoje (dos 35/40%) para (90%) noventa por cento até dois mil e trinta e três e que até o final do contrato, dois mil e quarenta (2040), essa cobertura seja mantida em (95%) noventa e cinco por cento. **Os serviços e intervenções realizados nos (60) sessenta dias iniciais**: Implantação de ligações de esgoto, limpeza em todas as elevatórias e na Estação de tratamento, desobstrução das redes do centro, limpeza preventiva em mais de cinco mil metros de rede e sessenta PV's, nivelamento dos tampões, execuções de rede, novas ligações, limpeza da ETE, serviços de eletromecânica, previsão de mais de cento e quarenta redes coletoras, mais de vinte e sete mil/novas ligações, três ETE's, treze EEE's (elevatórias), ampliação de mais de cinquenta mil moradores beneficiados, mais de cinquenta e dois milhões de litros de esgoto tratado por mês, que deixam de ir para os mananciais. **Ações comerciais**: Já foram realizadas mais de três mil visitas, nos meses de junho e julho, de conscientização e sensibilização e está previsto mais de seis mil visitas de conscientização, referente a conexão ao sistema de





esgotamento sanitário. Diretora Águeda, falou sobre a Responsabilidade Social: O processo de sensibilização e adesão, está somada com as equipes social e comercial. Além do porta a porta, temos o programa "Afluentes" (maior programa de relacionamento da Ambiental CE com a comunidade) com lideranças que são comunicadores, divulgadores e facilitadores para a entrada nos locais de trabalho (bairros/localidades) também há uma contribuição com cursos de capacitação, oficina de currículos (...). "Afluentes" é um programa de relacionamento com o cliente, como uma licença social para operar, um canal de aproximação e respeito, para informar sobre o andamento das obras; demandas de acontecimentos com o sistema de esgotamento; construção, divulgação, implantação e realização de projetos para a qualidade de vida; divulgação de vagas de trabalho, cadastro de fornecedores locais; canal de recebimento de sugestões da comunidade sobre os serviços de esgotamento sanitário. O lançamento oficial do programa "Afluentes" está previsto para o dia quatro de setembro, às (16:30) dezesseis e trinta, na Casa Chá de Culturas, Histórias e Artes, com as lideranças cadastradas. Além desse programa, outros programas foram citados e que poderão ser implantados de acordo com as necessidades/interesses identificados. Após a apresentação, o espaço ficou facultado para as perguntas/esclarecimentos dos conselheiros. O Conselheiro Silvio Napoleão/CAGECE fez suas considerações em relação ao Açude Maranguapinho e suas condições, a perspectiva de balneabilidade com a adesão da população ao sistema, com possibilidade de um projeto de lazer e negócio para a cidade, com a garantia de atingir a universalização e os objetivos. A Conselheira Shirley/AVATAH, perguntou quais as primeiras áreas que receberão os serviços e o que será feito para as áreas das serras. A Diretora Elisa respondeu que ainda não será possível apresentar o cronograma, porque o ponto inicial será as estações de tratamento e que quando o projeto da concepção com os bairros estiver pronto (prazo de cento e oitenta dias) será apresentado ao conselho. Ítalo ressaltou que nas obras que foram iniciadas, houve intervenções realizadas no loteamento do Fórum. A Conselheira Beatriz/CEM perguntou em relação ao tempo de realização do projeto de saneamento, se os distritos estão contemplados e se existe uma área prevista para as estações de tratamento. A Diretora Elisa respondeu que o prazo será os dez anos para a universalização do sistema, os distritos estão contemplados no edital e as áreas das ETE's estão em estudo de concepção, só depois da conclusão é que será apresentado as melhores áreas. A técnica Anilda/SEMURB, perguntou qual será a estratégia que a CAGECE adotará para a adesão das pessoas. A Diretora Elisa falou do programa porta a porta de conscientização. Ítalo complementou com a questão da política municipal de saneamento básico, sendo uma demanda para a construção de políticas públicas relacionada ao tema e em atendimento ao marco do saneamento, que precisa ter um dispositivo que preveja a interligação obrigatória do esgoto a rede pública coletora, quando há disponibilidade dessa rede na rua, com previsão de penalidades, sendo uma pauta que precisa ser colocada na legislação. O Conselheiro Silvio Napoleão esclareceu que a obra de saneamento realizada, entregou dez mil ligações de esgotos até a calçada e durante esse processo, a CAGECE deu ciência de que a obra aconteceria naquela rua e que o imóvel teria na sua calçada instalada uma caixa de inspeção interligada a rede de esgoto, esclareceu que a CAGECE não tem uma ferramenta legal de cobrança, principalmente porque não existe uma legislação municipal obrigando, como também as legislações de âmbito federal, ainda não estão muito bem amarradas para que as companhias obriguem os proprietários/imóveis a fazerem a intradomiciliar. Mil e duzentas ligações receberam a ligação intradomiciliar, foram selecionados com o critério da moradia popular (critério baixa renda). A Conselheira Shirley/AVATAH, perguntou ao técnico Ítalo, se na lei que será proposta, se vai ficar amarrado a questão da tarifa social. Ítalo respondeu que já há efetivamente um programa de tarifa social que contempla uma parte da população, mas se for em relação a ligação intradomiciliar (se a prefeitura vai executar esse serviço) isso ainda precisa ser discutido por causa dos custos, principalmente porque isso já foi realizado pela CAGECE e que no momento não possui resposta, mas que a Ambiental CE pode complementar, dizendo se existe alguma possibilidade. A Diretora Elisa complementou que está previsto no contrato, para as famílias de baixa renda, da mesma forma que a CAGECE fazia. A Diretora Águeda reforçou a questão da tarifa social que é regulamentada pela ARCE e que a mesma está revendo os critérios de categoria dessa tarifa, que é vinculada a área do imóvel, as condições do imóvel (...) possivelmente a ideia é vincular ao CAD único, mas que não sabe dos critérios e prazo, visto que é a ARCE que está fazendo essa revisão. O Conselheiro Silvio Napoleão colocou que em Maranguape, as comunidades que tem uma característica mais de baixa renda/carentes e que foram atendidas com as redes de esgoto, elas tem um alto índice de interligação e reforçou que o maior concorrente, são as galerias de drenagem, que diminuem as interligações, visto que no centro de Maranguape, que não se percebe ser uma população carente, é identificado que nas galerias, em períodos sem chuva, correm os efluentes domésticos o tempo inteiro, que pode ser percebido na água caindo na galeria (exemplificou a galeria da praça Capistrano de Abreu) nas proximidades da antiga Padaria Lusitana, que é possível sentir o odor e calor (horários de pico, que é uma característica do esgoto





doméstico). Ainda em sua fala, colocou que essa população do centro está tendo um alto índice de cobertura, ela está interligando e fazendo uso do sistema e tem direito a tarifa social dentro dos critérios e, com a revisão, há possibilidade de ampliação. Ítalo falou das possibilidades e oportunidades dessa parceria, em termos de saúde e gestão ambiental para todos os cidadãos. A Ambiental CE (Elisa) firmou compromisso de que quando o projeto conceitual e o projeto de esgotamento completo do município estiver pronto, voltará para apresentar para o conselho, para ser construído um cronograma de intervenções em conjunto, na medida do possível, complementado pela Diretora Águeda, com os agradecimentos da parceria com o conselho e do canal do WhatsApp. Ítalo finalizou falando da atuação do COMDEMA, com conselheiros que compreendem a importância e aprovam diversas resoluções e reafirmou que o conselho tem total interesse em acompanhar essa PPP, para que as coisas aconteçam de fato, ressaltou que em nome do presidente do conselho e também Secretário Marcus Silva, colocou o conselho a disposição da PPP da Ambiental CE, no for possível e necessário para que o esgotamento sanitário aconteça no nosso município. Sem mais para o momento, eu, Aniêlda Favila Prata, que secretariei esta reunião, dou por encerrada a presente Ata, que será assinada por todos os presentes.

<u>Letícia Belo Fernandes</u>	1. Letícia Belo/SEINFRA
<u>Sílvio Carlos de Oliveira Napoleão</u>	2. Sílvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE
<u>Francisco Tadeu Brasileiro Campos</u>	3. Francisco Tadeu Brasileiro Campos/Sec. de Saúde
<u>Antônia Beatriz Ferreira Andrade</u>	4. Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM
<u>José Dálisson Cavalcante do Nascimento</u>	5. José Dálisson Cavalcante do Nascimento/Ass. de Cachoeira
<u>Shirley Oliveira Ferreira</u>	6. Shirley Oliveira Ferreira/AVATAH
<u>Ítalo Renan Ferreira Girão</u>	7. Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente M. Ambiente
<u>Antônio Marcos Falcão Júnior</u>	8. Antônio Marcos Falcão Júnior/Técnico da SEMURB
<u>Aniêlda Favila Prata</u>	9. Aniêlda Favila Prata/Técnica em Secretaria SEMURB
_____	10. Ambiental Ceará: Elisa Ribeiro/Diretora Executiva
_____	11. Ambiental CE: José Henrique Xavier Dahlem/Ger. de Serviços
_____	12. Ambiental CE: Águeda Muniz/Dir. Relações Institucionais
_____	13. Ambiental CE: João Paulo Oliveira/Engenheiro Fiscal de obras
_____	14. Ambiental CE: Marco Aurélio Tradi Assoni/Ger. Operações
_____	15. Ambiental CE: Marcela Napoleão/Ger. Responsabilidade Social